

**DECRETO MUNICIPAL N° 005/2023 - Declara situação de emergência no Município de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte, em decorrência do desastre natural climatológico por estiagem prolongada que provoca a redução sustentada das reservas hídricas existentes (COBRADE/1.4.1.1.0 - Estiagem), e dá outras providências.**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES**

**GABINETE DO PREFEITO**

---

DECRETO MUNICIPAL N° 005, DE 15 DE MAIO DE 2023

*Declara situação de emergência no Município de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte, em decorrência do desastre natural climatológico por estiagem prolongada que provoca a redução sustentada das reservas hídricas existentes (COBRADE/ - Estiagem), e dá outras providências.*

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, XII, da Lei Orgânica Municipal, no art. 8º, VI, da Lei Federal nº , de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil(PNPDEC), da Instrução Normativa n. 36, de 04 de dezembro de 2020, que estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública dos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal;

**CONSIDERANDO** que o Estado do Rio Grande do Norte encontra-se com quase a totalidade de seus municípios em situação de emergência desde o ano de 2012;

**CONSIDERANDO** que compete ao Poder Público Municipal a preservação do bem estar da população e das atividades socioeconômicas das regiões atingidas por eventos adversos, bem como a adoção imediata das medidas que se fizerem necessárias para, em regime de cooperação, combater situações emergenciais e de calamidade pública;

**CONSIDERANDO** que o período de estiagem pelo qual vem passando o Município culminou com a

baixa considerável do nível dos reservatórios e poços exclusivos de onde é retirada a água que abastece a população local, uma vez que não há captação de nenhum rio no território municipal;

**CONSIDERANDO** que os moradores do Município de Lajes/RN têm convivido há vários anos, em diferentes períodos do ano, com a baixa significativa do volume de água nos reservatórios e com a falta d'água em suas torneiras, impedindo a realização e atendimento das necessidades básicas.

**CONSIDERANDO** que o impacto socioeconômico dos anos de seca para setor agropecuário local é excepcional, complexo e diferenciado, não só refletindo negativamente na infraestrutura física das propriedades rurais dos diversos municípios afetados, mas também com prejuízos de monta para o contingente populacional, prejudicando todos os elos das diferentes cadeias produtivas trabalhadas pelos diversos segmentos da sociedade civil, com especial destaque para os subsetores pecuário e agrícola, fortemente atingidos, experimentando restrições drásticas nos níveis da produção e produtividade, além de severa redução no número de animais dos diferentes rebanhos;

**CONSIDERANDO** que os efeitos danosos da seca são sentidos inicialmente nas unidades produtivas rurais, sendo no campo onde se acentuam os reflexos deletérios da escassez hídrica, conduzindo o agricultor potiguar a um cenário catastrófico, agudizado a cada ano de estiagem,

#### **DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica declarada situação de emergência hídrica no Município de Lajes/RN, em virtude do desastre classificado e codificado como Situação de Emergência provocada por desastre natural climatológico caracterizado por estiagem prolongada, que provocou a redução sustentada das reservas hídricas existentes no Rio Grande do Norte (COBRADE/ - Estiagem) conforme IN/MI nº 36/2020.

**Parágrafo único.** Parágrafo único. Nos termos do Parecer Técnico nº 001/2023 expedido pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, e em conformidade com o artigo 3º da Instrução Normativa n. 36, de 04 de dezembro de 2020, o desastre climatológico que acomete o Município é classificado como de média intensidade (nível II).

**Art. 2º.** Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

**Art. 3º.** Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

**Art. 4º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a requerer à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, que integra o Ministério do Desenvolvimento Regional, o reconhecimento federal de estado da emergência.

**Art. 5º.** De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

**Parágrafo único:** Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

**Art. 6º.** De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº , de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

**§ 1º.** No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

**§ 2º.** Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

**Art. 7º.** Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº de , sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

**Art. 8º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, permitindo-se uma prorrogação por igual período, se comprovada a necessidade.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 15 de maio de 2023.**

***FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO***

Prefeito Municipal

---

**RESULTADO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO**

# **ELETRÔNICO SRP Nº 025/2023**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

RESULTADO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 025/2023

**Processo administrativo nº 032/2023**

**Licitação nº 080/2023**

O Pregoeiro do Município de Lajes/RN, torna público o resultado de julgamento do certame licitatório PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS de Nº 025/2023, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES DO TIPO COMPUTADORES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE LAJES/RN, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA**, na hora previamente marcada para a realização da sessão pública, deu-se início aos procedimentos previstos no ato convocatório, diretamente na plataforma do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS (). Considerando o atendimento de todas as demais normas estipuladas no Edital do Pregão Eletrônico nº 025/2023, e a inexistência de intenções de recursos administrativos, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio declararam vencedora a empresa: **MGH COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº** , estabelecida a Avenida Musicista Samuel Sandoval da Fonseca, nº 1525, Vista Bela, Assú/RN - CEP: , sendo representada pela Sra. HELLEN CRISTINA RODRIGUES DE ARAÚJO, inscrita no CPF nº e RG nº - ITEP/RN, saiu vencedora no item 01 com valor unitário de R\$ ,00 (seis mil, novecentos e quarenta e nove reais), perfazendo o valor total de R\$ ,00 (trinta e quatro mil, setecentos e quarenta e cinco reais). Em seguida, o Pregoeiro procedeu à análise das documentações exigidas no Edital. Após o julgamento, a empresa vencedora foi declarada **HABILITADA e ADJUDICADA**, por ter atendido o Edital.

Lajes/RN, 15 de maio de 2023.

**RUDSON PEREIRA DA SILVA**

Pregoeiro da PML

---

# Ano: 2023 - Saúde / Custeio / Medicamentos

**Ano: 2023**

**Tipo: Estadual**

Nº da Emenda	463
Autoria	Assembleia Legislativa / Deputado Gustavo Carvalho
Valor Previsto	R\$ ,00
Valor Desembolsado	R\$ ,00
Função de Governo	Saúde / Custeio / Medicamentos
Proponente	Município de Lajes

[/et\_pb\_text][et\_pb\_column][et\_pb\_row][et\_pb\_row\_builder\_version="" \_module\_preset="default" collapsed="off" global\_colors\_info="{}" theme\_builder\_area="post\_content"][et\_pb\_column type="4\_4" \_builder\_version="" \_module\_preset="default" global\_colors\_info="{}" theme\_builder\_area="post\_content"][et\_pb\_divider show\_divider="off" \_builder\_version="" \_module\_preset="default" global\_colors\_info="{}" theme\_builder\_area="post\_content"][/et\_pb\_divider][et\_pb\_column][et\_pb\_row][et\_pb\_section]

---

## Ano: 2023 - Saúde

**Ano: 2023**

**Tipo: Estadual**

Nº da Emenda	111
Autoria	Assembleia Legislativa / Deputada Eudiane Macedo
Valor Previsto	R\$ ,00
Valor Desembolsado	R\$ ,00
Função de Governo	Saúde
Proponente	APAMI

[/et\_pb\_text]/[et\_pb\_column]/[et\_pb\_row][et\_pb\_row\_builder\_version="" \_module\_preset="default" collapsed="off" global\_colors\_info="{ }" theme\_builder\_area="post\_content"] [et\_pb\_column type="4\_4" \_builder\_version="" \_module\_preset="default" global\_colors\_info="{ }" theme\_builder\_area="post\_content"] [et\_pb\_divider show\_divider="off" \_builder\_version="" \_module\_preset="default" global\_colors\_info="{ }" theme\_builder\_area="post\_content"] [/et\_pb\_divider] [/et\_pb\_column] [/et\_pb\_row] [/et\_pb\_section]

---

## Ano: 2023 - Saúde / Aquisição de Equipamento e Material Permanente

**Ano: 2023**

**Tipo: Federal**

Nº da Emenda	39170002
Nº do Convênio	947292
Autoria	Benes Leocádio
Valor Previsto	R\$ ,00
Valor Desembolsado	R\$ 0,00
Função de Governo	Saúde / Aquisição de Equipamento e Material Permanente
Proponente	APAMI

---

## **Ano: 2023 - Saúde / Aquisição de Equipamento e Material Permanente**

```
[et_pb_section fb_built="1" disabled_on="on|on|off" admin_label="CABEÇALHO"
_builder_version="" _module_preset="default" collapsed="on" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_row column_structure="1_3,1_3,1_3"
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_column type="1_3" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_divider show_divider="off" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_divider][et_pb_image src="" title_text="logo-lajes2"
```

```
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_image][et_pb_column][et_pb_column type="1_3"
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_column][et_pb_column type="1_3" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_divider show_divider="off" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_divider][et_pb_image src="" title_text="portal-
transparencia - ico" _builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_image][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_row
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_column type="4_4" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info=""{}" theme_builder_area="post_content"[/et_pb_text
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"]
```

Sabemos que a exigência por transparência no Brasil já se estende desde o ano 2000 com a criação da **lei de Responsabilidade Fiscal** (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), onde se tornou mais forte com a aprovação da **Lei da Transparência** (Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009). tendo seu reforço com a **lei de Ficha Limpa** (Lei Complementar nº 135, de 04 de junho de 2010) e efetivando a transparência de fato com a **Lei de Acesso a Informação** (Lei nº , de 18 de novembro de 2011).

```
[/et_pb_text][et_pb_divider show_divider="off" _builder_version="" _module_preset="default"
global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_divider][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_section][et_
pb_section fb_built="1" disabled_on="on|on|off" admin_label="MENU" _builder_version=""
_module_preset="default" background_color="#009999" border_width_all="15px"
border_color_all="#009999" box_shadow_style="preset3" global_module="26705" saved_tabs="all"
collapsed="on" global_colors_info=""{}" theme_builder_area="post_content"[/et_pb_row
_builder_version="" _module_preset="default" background_color="rgba(0,0,0,0)"
global_colors_info=""{}" theme_builder_area="post_content"[/et_pb_column type="4_4"
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_menu menu_id="163" active_link_color="#cc0066"
_builder_version="" _module_preset="default" menu_font="|700|||||" menu_text_color="#f4f4f4"
background_color="rgba(0,0,0,0)" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_menu][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_section][et_p
b_section fb_built="1" admin_label="Parte Superior do Corpo Personalizado" _builder_version=""
_module_preset="default" background_color="#99cc33" collapsed="off" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_row _builder_version="" _module_preset="default"
collapsed="off" global_colors_info=""{}" theme_builder_area="post_content"[/et_pb_column
type="4_4" _builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_divider show_divider="off" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_divider][et_pb_post_title meta="off"
featured_image="off" _builder_version="" _module_preset="default" title_font="|800|on|||||"
title_text_color="#cc0066" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_post_title][et_pb_text disabled_on="on|on|off"
_builder_version="" _module_preset="default" background_color="#f4f4f4" hover_enabled="0"
border_radii="off|5px|5px|" border_width_all="20px" border_color_all="#f4f4f4"
global_colors_info=""{}" theme_builder_area="post_content" sticky_enabled="0"]
```

```
[/et_pb_text][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_section][et_pb_section fb_built="1"
admin_label="Corpo Personalizado" _builder_version="" background_color="#f4f4f4"
collapsed="off" global_colors_info="{ }" theme_builder_area="post_content"][et_pb_row
_builder_version="" background_color="#f4f4f4" background_size="initial"
background_position="top_left" background_repeat="repeat" border_radii="off||5px|5px"
border_width_all="20px" border_color_all="#f4f4f4" global_colors_info="{ }"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_column type="4_4" _builder_version=""
custom_padding="|||" global_colors_info="{ }" custom_padding_hover="|||"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_text _builder_version="" background_size="initial"
background_position="top_left" background_repeat="repeat" hover_enabled="0"
global_colors_info="{ }" theme_builder_area="post_content" sticky_enabled="0"]
```

**Ano: 2023**

**Tipo: Federal**

Nº da Emenda	39940013
Nº do Convênio	952867
Autoria	General Girão
Valor Previsto	R\$ ,00
Valor Desembolsado	R\$ 0,00
Função de Governo	Saúde / Aquisição de Equipamento e Material Permanente
Proponente	APAMI

```
[/et_pb_text][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_row_builder_version="" _module_preset="default"
collapsed="off" global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content"][et_pb_column
type="4_4" _builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_divider show_divider="off" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_divider][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_section]
```

---

## Ano: 2023 - Saúde / Atenção Básica / Assistência Hospitalar e Ambulatorial

```
[et_pb_section fb_built="1" disabled_on="on|on|off" admin_label="CABEÇALHO"
_builder_version="" _module_preset="default" collapsed="on" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_row column_structure="1_3,1_3,1_3"
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_column type="1_3" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_divider show_divider="off" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_divider][et_pb_image src="" title_text="logo-lajes2"
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_image][et_pb_column][et_pb_column type="1_3"
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_column][et_pb_column type="1_3" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_divider show_divider="off" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_divider][et_pb_image src="" title_text="portal-
transparencia - ico" _builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_image][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_row
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_column type="4_4" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content"][et_pb_text
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"]
```

Sabemos que a exigência por transparência no Brasil já se estende desde o ano 2000 com a criação da **Lei de Responsabilidade Fiscal** (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), onde se tornou mais forte com a aprovação da **Lei da Transparência** (Lei Complementar 131, de 27 de

maio de 2009). tendo seu reforço com a **lei de Ficha Limpa** (Lei Complementar nº 135, de 04 de junho de 2010) e efetivando a transparência de fato com a **Lei de Acesso a Informação** (Lei nº , de 18 de novembro de 2011).

```
[/et_pb_text][et_pb_divider show_divider="off" _builder_version="" _module_preset="default"
global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_divider][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_section][et_
pb_section fb_built="1" disabled_on="on|on|off" admin_label="MENU" _builder_version=""
_module_preset="default" background_color="#009999" border_width_all="15px"
border_color_all="#009999" box_shadow_style="preset3" global_module="26705" saved_tabs="all"
collapsed="on" global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content"][et_pb_row
_builder_version="" _module_preset="default" background_color="rgba(0,0,0,0)"
global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content"][et_pb_column type="4_4"
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_menu menu_id="163" active_link_color="#cc0066"
_builder_version="" _module_preset="default" menu_font="|700|||||]" menu_text_color="#f4f4f4"
background_color="rgba(0,0,0,0)" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_menu][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_section][et_p
b_section fb_built="1" admin_label="Parte Superior do Corpo Personalizado" _builder_version=""
_module_preset="default" background_color="#99cc33" collapsed="off" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_row _builder_version="" _module_preset="default"
collapsed="off" global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content"][et_pb_column
type="4_4" _builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_divider show_divider="off" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_divider][et_pb_post_title meta="off"
featured_image="off" _builder_version="" _module_preset="default" title_font="|800|on||||]"
title_text_color="#cc0066" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_post_title][et_pb_text disabled_on="on|on|off"
_builder_version="" _module_preset="default" background_color="#f4f4f4" hover_enabled="0"
border_radii="off|5px|5px|" border_width_all="20px" border_color_all="#f4f4f4"
global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content" sticky_enabled="0"]
```

Início / Transparência / Emendas Parlamentares

```
[/et_pb_text][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_section][et_pb_section fb_built="1"
admin_label="Corpo Personalizado" _builder_version="" background_color="#f4f4f4"
collapsed="off" global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content"][et_pb_row
_builder_version="" background_color="#f4f4f4" background_size="initial"
background_position="top_left" background_repeat="repeat" border_radii="off||5px|5px"
border_width_all="20px" border_color_all="#f4f4f4" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_column type="4_4" _builder_version=""
custom_padding="|||" global_colors_info="{}" custom_padding_hover="|||"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_text _builder_version="" background_size="initial"
background_position="top_left" background_repeat="repeat" hover_enabled="0"
global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content" sticky_enabled="0"]
```

**Ano: 2023**

**Tipo: Federal**

Nº da Emenda

38860002

Nº do Convênio	09032023-032526
Autoria	Jean Paul Prates
Valor Previsto	R\$ ,00
Valor Desembolsado	R\$ ,00
Função de Governo	Saúde / Atenção Básica / Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Proponente	Município de Lajes

```
[/et_pb_text][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_row_builder_version="" _module_preset="default" collapsed="off" global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content"][et_pb_column type="4_4" _builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content"][et_pb_divider show_divider="off" _builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content"][/et_pb_divider][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_section]
```

---

## Ano: 2023 - Urbanismo / Infraestrutura / Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística

```
[et_pb_section fb_built="1" disabled_on="on|on|off" admin_label="CABEÇALHO"
_builder_version="" _module_preset="default" collapsed="on" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_row column_structure="1_3,1_3,1_3"
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_column type="1_3" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_divider show_divider="off" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_divider][et_pb_image src="" title_text="logo-lajes2"
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_image][et_pb_column][et_pb_column type="1_3"
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_column][et_pb_column type="1_3" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_divider show_divider="off" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_divider][et_pb_image src="" title_text="portal-
transparencia - ico" _builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_image][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_row
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][et_pb_column type="4_4" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content"][et_pb_text
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"]
```

Sabemos que a exigência por transparência no Brasil já se estende desde o ano 2000 com a criação da **Lei de Responsabilidade Fiscal** (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), onde se tornou mais forte com a aprovação da **Lei da Transparência** (Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009). tendo seu reforço com a **Lei de Ficha Limpa** (Lei Complementar nº 135, de 04 de junho de 2010) e efetivando a transparência de fato com a **Lei de Acesso a Informação** (Lei nº , de 18 de novembro de 2011).

```
[/et_pb_text][et_pb_divider show_divider="off" _builder_version="" _module_preset="default"
global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_divider][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_section][et_
pb_section fb_built="1" disabled_on="on|on|off" admin_label="MENU" _builder_version=""
_module_preset="default" background_color="#009999" border_width_all="15px"
border_color_all="#009999" box_shadow_style="preset3" global_module="26705" saved_tabs="all"
collapsed="on" global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content"][et_pb_row
_builder_version="" _module_preset="default" background_color="rgba(0,0,0,0)"
global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content"][et_pb_column type="4_4"
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"][/et_pb_column][et_pb_menu menu_id="163" active_link_color="#cc0066"
```

```
_builder_version="" _module_preset="default" menu_font="|700|||||" menu_text_color="#f4f4f4"
background_color="rgba(0,0,0,0)" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_menu][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_section][et_p
b_section fb_built="1" admin_label="Parte Superior do Corpo Personalizado" _builder_version=""
_module_preset="default" background_color="#99cc33" collapsed="off" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_row _builder_version="" _module_preset="default"
collapsed="off" global_colors_info=""{}" theme_builder_area="post_content"[/et_pb_column
type="4_4" _builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_divider show_divider="off" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_divider][et_pb_post_title meta="off"
featured_image="off" _builder_version="" _module_preset="default" title_font="|800|on|||||"
title_text_color="#cc0066" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_post_title][et_pb_text disabled_on="on|on|off"
_builder_version="" _module_preset="default" background_color="#f4f4f4" hover_enabled="0"
border_radii="off|5px|5px|" border_width_all="20px" border_color_all="#f4f4f4"
global_colors_info=""{}" theme_builder_area="post_content" sticky_enabled="0"]
```

Início / Transparência / Emendas Parlamentares

```
[/et_pb_text][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_section][et_pb_section fb_built="1"
admin_label="Corpo Personalizado" _builder_version="" background_color="#f4f4f4"
collapsed="off" global_colors_info=""{}" theme_builder_area="post_content"[/et_pb_row
_builder_version="" background_color="#f4f4f4" background_size="initial"
background_position="top_left" background_repeat="repeat" border_radii="off||5px|5px"
border_width_all="20px" border_color_all="#f4f4f4" global_colors_info=""{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_column type="4_4" _builder_version=""
custom_padding=""|"|" global_colors_info=""{}" custom_padding_hover=""|"|"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_text _builder_version="" background_size="initial"
background_position="top_left" background_repeat="repeat" hover_enabled="0"
global_colors_info=""{}" theme_builder_area="post_content" sticky_enabled="0"]
```

**Ano: 2023**

**Tipo: Federal**

Nº da Emenda	41630016
Nº do Convênio	09032023-2-041796
Autoria	Natalia Bonavides
Valor Previsto	R\$ ,00
Valor Desembolsado	R\$ ,00
Função de Governo	Urbanismo / Infraestrutura / Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística
Proponente	Município de Lajes

[/et\_pb\_text][et\_pb\_column][et\_pb\_row][et\_pb\_row\_builder\_version="" \_module\_preset="default" collapsed="off" global\_colors\_info="{ }" theme\_builder\_area="post\_content"][et\_pb\_column type="4\_4" \_builder\_version="" \_module\_preset="default" global\_colors\_info="{ }" theme\_builder\_area="post\_content"][et\_pb\_divider show\_divider="off" \_builder\_version="" \_module\_preset="default" global\_colors\_info="{ }" theme\_builder\_area="post\_content"][/et\_pb\_divider][et\_pb\_column][et\_pb\_row][et\_pb\_section]

---

## **Ano: 2023 - Urbanismo / Infraestrutura / Pavimentação e Drenagem**

[et\_pb\_section fb\_built="1" disabled\_on="on|on|off" admin\_label="CABEÇALHO" \_builder\_version="" \_module\_preset="default" collapsed="on" global\_colors\_info="{ }" theme\_builder\_area="post\_content"][et\_pb\_row column\_structure="1\_3,1\_3,1\_3" \_builder\_version="" \_module\_preset="default" global\_colors\_info="{ }" theme\_builder\_area="post\_content"][et\_pb\_column type="1\_3" \_builder\_version=""

```

_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_divider show_divider="off" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_divider][et_pb_image src="" title_text="logo-lajes2"
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_image][et_pb_column][et_pb_column type="1_3"
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_column][et_pb_column type="1_3" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_divider show_divider="off" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_divider][et_pb_image src="" title_text="portal-
transparencia - ico" _builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_image][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_row
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_column type="4_4" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content"[/et_pb_text
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"]

```

Sabemos que a exigência por transparência no Brasil já se estende desde o ano 2000 com a criação da **Lei de Responsabilidade Fiscal** (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), onde se tornou mais forte com a aprovação da **Lei da Transparência** (Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009). tendo seu reforço com a **Lei de Ficha Limpa** (Lei Complementar nº 135, de 04 de junho de 2010) e efetivando a transparência de fato com a **Lei de Acesso a Informação** (Lei nº , de 18 de novembro de 2011).

```

[/et_pb_text][et_pb_divider show_divider="off" _builder_version="" _module_preset="default"
global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_divider][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_section][et_
pb_section fb_built="1" disabled_on="on|on|off" admin_label="MENU" _builder_version=""
_module_preset="default" background_color="#009999" border_width_all="15px"
border_color_all="#009999" box_shadow_style="preset3" global_module="26705" saved_tabs="all"
collapsed="on" global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content"[/et_pb_row
_builder_version="" _module_preset="default" background_color="rgba(0,0,0,0)"
global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content"[/et_pb_column type="4_4"
_builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_menu menu_id="163" active_link_color="#cc0066"
_builder_version="" _module_preset="default" menu_font="|700|||||" menu_text_color="#f4f4f4"
background_color="rgba(0,0,0,0)" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_menu][et_pb_column][et_pb_row][et_pb_section][et_p
b_section fb_built="1" admin_label="Parte Superior do Corpo Personalizado" _builder_version=""
_module_preset="default" background_color="#99cc33" collapsed="off" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_row _builder_version="" _module_preset="default"
collapsed="off" global_colors_info="{}" theme_builder_area="post_content"[/et_pb_column
type="4_4" _builder_version="" _module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_divider show_divider="off" _builder_version=""
_module_preset="default" global_colors_info="{}"
theme_builder_area="post_content"[/et_pb_divider][et_pb_post_title meta="off"
featured_image="off" _builder_version="" _module_preset="default" title_font="|800|on|||||"
title_text_color="#cc0066" global_colors_info="{}"

```

theme\_builder\_area="post\_content"][/et\_pb\_post\_title][et\_pb\_text disabled\_on="on|on|off"  
\_builder\_version="" \_module\_preset="default" background\_color="#f4f4f4" hover\_enabled="0"  
border\_radii="off|5px|5px|" border\_width\_all="20px" border\_color\_all="#f4f4f4"  
global\_colors\_info="{ }" theme\_builder\_area="post\_content" sticky\_enabled="0"]

Início / Transparência / Emendas Parlamentares

[/et\_pb\_text][et\_pb\_column][et\_pb\_row][et\_pb\_section][et\_pb\_section fb\_built="1"  
admin\_label="Corpo Personalizado" \_builder\_version="" background\_color="#f4f4f4"  
collapsed="off" global\_colors\_info="{ }" theme\_builder\_area="post\_content"][/et\_pb\_row  
\_builder\_version="" background\_color="#f4f4f4" background\_size="initial"  
background\_position="top\_left" background\_repeat="repeat" border\_radii="off||5px|5px"  
border\_width\_all="20px" border\_color\_all="#f4f4f4" global\_colors\_info="{ }"  
theme\_builder\_area="post\_content"][/et\_pb\_column type="4\_4" \_builder\_version=""  
custom\_padding="|||" global\_colors\_info="{ }" custom\_padding\_hover="|||"  
theme\_builder\_area="post\_content"][/et\_pb\_text \_builder\_version="" background\_size="initial"  
background\_position="top\_left" background\_repeat="repeat" hover\_enabled="0"  
global\_colors\_info="{ }" theme\_builder\_area="post\_content" sticky\_enabled="0"]

**Ano: 2023**

**Tipo: Federal**

Nº da Emenda	30540003
Nº do Convênio	09032023-032487
Autoria	Beto Rosado
Valor Previsto	R\$ ,00
Valor Desembolsado	R\$ ,00
Função de Governo	Urbanismo / Infraestrutura / Pavimentação e Drenagem
Proponente	Município de Lajes

[/et\_pb\_text][et\_pb\_column][et\_pb\_row][et\_pb\_row\_builder\_version="" \_module\_preset="default" collapsed="off" global\_colors\_info="{ }" theme\_builder\_area="post\_content"][et\_pb\_column type="4\_4" \_builder\_version="" \_module\_preset="default" global\_colors\_info="{ }" theme\_builder\_area="post\_content"][et\_pb\_divider show\_divider="off" \_builder\_version="" \_module\_preset="default" global\_colors\_info="{ }" theme\_builder\_area="post\_content"][/et\_pb\_divider][et\_pb\_column][et\_pb\_row][et\_pb\_section]

---

## **PORTARIA Nº 317/2023 - Dispõe sobre a concessão de licença a servidor (a) público municipal de Lajes/RN**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES**

**GABINETE DO PREFEITO**

---

PORTARIA Nº 317, DE 12 DE MAIO DE 2023

*Dispõe sobre a concessão de licença a servidor (a) público municipal de Lajes/RN*

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO**

**NORTE**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que dispõe o quadro de pessoal do referido Município.

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997;

**CONSIDERANDO** o disposto no Processo Administrativo nº , de 27 de dezembro de 2023;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder licença para acompanhamento de familiar em tratamento de saúde no período de 3 (três) meses ao (a) servidor (a) efetivo (a) **Inácia das Vitorias de Barros**, matrícula 372, ocupante do cargo efetivo de **Agente Comunitária de Saúde**, lotado na Secretaria Municipal do Saúde, do município de Lajes/RN.

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 04 de maio de 2023.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, 12 de maio de 2023.**

***FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO***

Prefeito Municipal